

540
20/01/2008

da ação praticada com a descrição legal existente. Onde não há tipicidade, não há crime.

A finalidade do Direito Penal é a proteção dos bens dotados de maior relevância para a sociedade. De certo, a liberdade individual, paz de espírito, tranquilidade pessoal, segurança da ordem jurídica – é variável o objeto jurídico do delito de ameaça segundo os doutrinadores – merece proteção. Todavia, não é qualquer afronta a esse bem tutelado que deve ser passível de sanção penal.

38

Não é por outra razão que o tipo objetivo do crime em comento de ameaçar alguém, intimidando-o ou prometendo-lhe algum mal, tal ameaça deve ser séria e idônea, não configurando o delito do artigo 147, do Código Penal, quando a mesma é feita em momento de ira, revolta ou cólera.

Ou seja, a discussão acalorada entre pessoas retira a justa causa à ação penal. Ainda, para a configuração do crime de ameaça, deve ficar claro nos autos do processo o temor, a intimidação da vítima pela ação do Réu.

Não é outro o entendimento jurisprudencial pátrio. Vejamos:

APELAÇÃO DEFENSIVA. AMEAÇA. ARTIGO 147 DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. I - **Não tipifica o delito de ameaça quando ausente a prova do fundado temor da ofendida.** II - **A ameaça inserida num contexto de discussão acalorada, com os ânimos acirrados, sendo o réu usuário de drogas, vivendo constantes transtornos de humor não é suficiente para configurar o delito previsto no artigo 147 do Código Penal.** Exige-se, para tanto, que o estado anímico do agente permita a consciência da injustiça e gravidade do mal prometido. DERAM PROVIMENTO. (TJRS - RCr 71001521780 - T.R.Cr. - Rel. Clademir José Ceolin Missaggia - J. 21.01.2008). **(Grifamos)**

